



Número: **0814297-28.2018.8.20.5106**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM**

Órgão julgador: **6ª Vara Cível da Comarca de Mossoró**

Última distribuição : **03/08/2018**

Valor da causa: **R\$ 11.812,50**

Assuntos: **Seguro obrigatório - DPVAT**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
ANTONIO DO VALE NETO (AUTOR)		ALDENOR NUNES DE OLIVEIRA NETO (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
29372417	03/08/2018 16:13	<a href="#">PETIÇÃO DE DIFERENÇA</a>	Outros documentos

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DE UMA DAS  
VARAS CÍVEIS DA COMARCA DE MOSSORÓ-RN.**

ANTÔNIO DO VALE NETO, brasileiro, solteiro, armador, portador do RG nº 002.417.869, inscrito no CPF sob o nº 060.279.354-80, residente e domiciliado na Rua Antônio Filgueira, nº 334, Dom Jaime, CEP 59.628-828 Mossoró/RN, por intermédio do seu procurador que esta subscreve, com escritório profissional localizado no endereço que consta no rodapé desta, vem perante V. Ex<sup>a</sup>, propor a seguinte:

**ACÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT.**  
**COMPLEMENTO**

Em face de **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGUROS DPVAT**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 09.248.608.0001-04, podendo ser citada através de seu representante legal na Rua Senador Dantas nº 74, 5º andar, Rio de Janeiro - RJ, CEP-20.031.201, expondo e ao final requerendo o seguinte:

**I – DA GRATUIDADE JUDICIÁRIA:**

De início, cabe registrar que a atual situação econômica da parte autora não lhe permite pagar as custas processuais e os honorários advocatícios.

Além disso, o caput do art. 98 do Novo Código de Processo Civil dispõe sobre aqueles que podem ser beneficiários da justiça gratuita: “Art. 98. *A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da*



*justiça, na forma da lei*”, sendo que a redação deste dispositivo é clara e objetiva, não deixando margens a interpretações duvidosas.

Ainda sobre a gratuidade a que tem direito a pessoa natural, o NCPC dispõe que “presume-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural”. Assim, à pessoa natural basta a mera alegação de insuficiência de recursos, sendo desnecessária a produção de provas da hipossuficiência financeira.

Neste aspecto, tem sido reiterado o entendimento dos Tribunais pátrios, Especificamente, a **SÚMULA Nº 481 DO STJ**, no sentido de que **para a concessão de justiça gratuita, não se faz necessário que o requerente demonstre com farta prova pré-constituída, um estado total de miserabilidade e penúria, mas tão somente que declare expressamente de próprio punho ou através de seu patrono constituído, a impossibilidade de pagar as custas do processo**, visto que o pagamento desta e dos demais ônus processuais certamente comprometeriam seu orçamento próprio e familiar, que já é administrado de forma limitada e insuficiente.

Dessa forma, por ser medida de justiça, deve ser deferido o Benefício da Justiça Gratuita em favor da parte autora, em razão da mesma não poder arcar com as custas processuais sem comprometer o seu sustento e de sua família.

## II – DOS FATOS:

A parte autora informa que no dia 03/05/2016, por volta das 11h30m, estava como passageiro no caminhão BNZ/L 1218, 1991/1991, cor azul, PLACA HZG-8615, RENAVAM Nº 468646558, pela estrada que liga as cidades de Russas/CE e Mossoró/RN, quando ao chegar nas proximidades de Lagoinha em Quixeré/CE, o pneu traseiro estourou, fazendo com que o caminhão tombasse, caindo ao solo. Com o impacto, a parte autora sofreu várias lesões, e foi conduzida ao Hospital Regional Tarcísio Maia, onde foi atendida, conforme boletim de atendimento de urgência em anexo.

Devido à gravidade das lesões sofridas, principalmente no **MEMBROS INFERIORES**, a parte autora encontra-se incapacitada para suas ocupações habituais, conforme se prova com os documentos acostados à exordial, onde é possível se aferir a ocorrência dos danos sofridos pela parte requerente, a que resultou em invalidez permanente.



Verificou a parte autora, que o pagamento administrativo, não foi realizado conforme a sequela sofrida. Entendendo que sua **DEBILIDADE É DE CARATER TOTAL**, portanto, faz jus ao pagamento integral das lesões advindas do sinistro.

O seguro DPVAT, foi requerido administrativamente junto à demandada, que ao liquidar o sinistro o fez a menor pagando ao promovente apenas o valor de **R\$ 1.687,50** (mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos).

A Lei n. 11.945/2009 fixou os valores a serem pagos pelas seguradoras conveniadas, sendo que, quando da “liquidação”, dos sinistros via administrativa as seguradoras dentre as quais figura a promovida, sem qualquer critério lógico, bilateral e finalmente compressível visto que, são destinados valores que não retratam a lesão que é portador o beneficiário do acidente, desejam sendo que, tais valores sejam estabelecidos de forma transparente com os ditames legais estabelecido no art. 31,II da norma supra citada.

### III – DO DIREITO:

#### 1 - Da Apropriação Indevida pela Promovida

Ora Douto Julgador, foi pago a autora a importância de **R\$ 1.687,50** (mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos). Como o valor estipulado pela norma legal no caso de invalidez, corresponde à até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), de logo, conclui-se que a demandada, deve indenizar o promovente no valor de **R\$ 11.812,50** (onze mil oitocentos e doze reais cinquenta centavos) cujos valores devem incidir juros de 1%, retroativos a data do sinistro, por trata-se de crime de apropriação, aplicando-se a Sumula 54 do STJ, no caso em tela.

A prova do dano fora perfeitamente identificada, apreciada pela seguradora, visto que, já houve um pagamento administrativo, efetuado de forma a menor em prejuízo da parte autora, do determinado por lei.

#### 2 – Do Seguro DPVAT

O Seguro DPVAT foi criado em 1974 para amparar as vítimas de acidentes com veículos em todo território nacional.



O próprio nome do Seguro DPVAT é esclarecedor: Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre. Isso significa que o DPVAT é um seguro que indeniza vítimas de acidentes causados por veículos que têm motor próprio (automotores) e circulam por terra ou por asfalto (vias terrestres).

A norma jurídica que disciplina o seguro DPVAT sofreu grandes alterações após a criação da Lei nº 11.945, de 04 de junho de 2009, que modificou de forma substancial a Lei 6.194/74.

Os arts. 3º e 5º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, passaram a vigorar com as seguintes alterações:

*Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médicas e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:*

*§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:*

*I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura;*

*II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta será efetuado o enquadramento da perda anatômica*



*ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais.* Grifo nosso.

Quanto ao Direito à percepção do seguro, a normal em análise, art. 5º, preceitua que:

*“O pagamento da indenização, será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado”. Grifo nosso.*

A própria SUSEP – Superintendência de Seguros Privados – esclarece em seu site ([www.susep.gov.br](http://www.susep.gov.br)) que qualquer vítima de danos causados por veículo automotor de via terrestre pode requerer o seguro, inclusive o motorista culpado.

Ademais, salienta-se ainda, que a indenização securitária seja paga “independentemente da existência de culpa”, bastando a simples prova do acidente e do dano decorrente.

Conclui-se, assim, que a indenização será devida mediante a “SIMPLES” ocorrência do acidente e do “DANO” por ele provocado.

#### IV - DOS PEDIDOS:

---

Pelo Exposto, requer a procedência da presente, para o fim de condenar a requerida a complementação do pagamento da indenização em epígrafe, **fundada no valor de R\$ 11.812,50 (onze mil oitocentos e doze reais cinquenta centavos) referentes ao DPVAT**, em face da invalidez sofrida pela parte autora através de acidente de trânsito, requerendo ainda o seguinte:



- a) Que seja citada a Promovida, no endereço declinado na exordial, para contestar no prazo legal, sob pena de revelia e confissão;
- b) Seja designada audiência de conciliação, não havendo proposta de acordo em ato contínuo em conformidade com **o rito especial imposto a lide**, tenha início a instrução e julgamento;
- c) A gratuidade da Justiça nos termos do art. 98 do Novo Código de Processo Civil;
- d) Que o valor da condenação seja acrescido de juros e correção monetária, retroativo a data do sinistro, com base na Súmula 54 do STJ;
- e) Que seja dado à presente o rito ordinário;
- f) Seja a demandada condenada em 20%, sobre o valor da condenação, referente aos honorários advocatícios;
- g) Requer a produção de prova pericial, visto que tal exame torna-se imprescindível para o julgamento da presente demanda;

Protesta provar o alegado por todos os meios de provas em direito admitidos especialmente a documental.

Dá-se a causa o valor de **R\$ 11.812,50 (onze mil oitocentos e doze reais cinquenta centavos)**, para efeitos meramente fiscais.

Nestes termos,

Pede e Espera Deferimento.

Mossoró/RN, 03 de agosto de 2018.

*Aldenor Nunes de Oliveira Neto*

OAB/RN 13.244

